A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E OS RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ana Mayra Samuel da Silva, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Ana Virginia Isiano Lima, Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, Denner Dias Barros

Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP, Departamento de Educação, Presidente Prudente, SP. Agência de fomento: FAPESP. E-mail: ana.mayra.ss@gmail.com

RESUMO

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um ambiente dotado de equipamentos pedagógicos e tecnológicos, mobiliários e materiais didáticos voltados para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente, nas escolas da rede regular de ensino. Mediante o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, de 2005 até 2014 o Ministério da Educação (MEC) distribuiu, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade para escolas do Brasil inteiro. A SRM é caracterizada como um ambiente para a realização do AEE para os Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), no contraturno da frequência na sala comum, sendo complementar ou suplementar a vida escolar dos EPAEE. Dessa forma, objetivo principal deste artigo é apresentar uma análise realizada frente aos mais diversos recursos disponíveis na SRM durante os AEE para Estudantes Público-Alvo da Educação Especial realizados dentro da Universidade. Observou-se que os recursos disponíveis na SRM contribuem para a elaboração e realização dos atendimentos, promovendo um processo de ensino e aprendizagem mais significativo aos sujeitos participantes.

Palavras-chave: Estudantes Público-Alvo da Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais, Recursos.

THE RESOURCE ROOM MULTIFUNCTIONAL AND EDUCATIONAL RESOURCES FOR SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES TARGET STUDENT OF SPECIAL EDUCATION

ABSTRACT

The Multifunction Resource Room (MRR) is an environment endowed with pedagogical and technological equipment, furniture and learning materials focused on offering the Educational Service Specialist (ESS), preferably in the schools of the regular school system. Upon Multifunction Resource Rooms Deployment Program, 2005 to 2014 the Ministry of Education (MEC) distributed through the Articulated Action Plan (RAP) materials and teaching resources and accessibility to all of Brazil's schools. The SRM is characterized as an environment for the realization of the ESA to the Target Student of Special Education (TSSE) in the frequency contraturno in the common room, which complement or supplement the school life of EPAEE. Thus, the main objective of this paper is to present an analysis carried forward to the various resources available in the SRM during the ESS to Target Audience Students of Special Education conducted within the University. It was noted that the resources available in SRM contribute to the preparation and carrying out of consultations, promoting a process of teaching and learning more meaningful to participating subjects.

Keywords: Target audience of Special Education Students, Educational Specialized care, Multifunction Resource Room, Resources.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial, historicamente, se organizou como atendimento “substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais” (MEC/SEESP, 2008, p. 3). Dessa forma, além das instituições especializadas de caráter filantrópico e devocionais, os estudantes com deficiência só poderiam frequentar a escola regular se conseguissem acompanhar as atividades curriculares do mesmo modo que os demais estudantes.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, no artigo 59, fica a cargo dos sistemas de ensino assegurar aos EPAEE currículo, métodos, técnicas, recursos, organização específica para atender as suas necessidades educativas, terminalidade específica àqueles que não alcançaram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, e aceleração de estudos dos superdotados. Bem como garantir a formação dos professores para o atendimento especializado e inclusão desses estudantes nas classes comuns. Dessa forma, a escola comum, tem por finalidade promover oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características específicas dos estudantes, assim como seus interesses, potencialidades e habilidades, e condições de vida.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 2/2001) entendem a Educação Especial como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados de forma a apoiar, complementar e suplementar o ensino comum.

Nesse cenário surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma grande inovação educacional, tendo por função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC/SEESP, 2008, p. 10).

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, e define no artigo 5, que,

O AEE é realizado, prioritariamente, nas Salas de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição

especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art 5)

Dessa forma, o AEE insere-se em todos os níveis da Educação Escolar, desde a Educação Básica (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) até a Educação Superior, bem como nas demais modalidades da educação escolar como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena. Esse atendimento tem caráter complementar e/ou suplementar à formação dos estudantes, pois as atividades desenvolvidas se diferenciam daquelas realizadas na classe comum, e visam sua autonomia e a independência dentro e fora do ambiente escolar. Segundo o Decreto nº 7.611 os objetivos do AEE são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

É função dos professores especialista que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em articulação com os professores da classe comum do ensino regular, a elaboração e a execução do que diz respeito ao AEE no Projeto Político Pedagógico da instituição escolar ou centro de atendimento. São atribuições desses profissionais organizarem a SRM (espaço físico, mobiliários, materiais e recursos didático-pedagógicos, acessibilidade e equipamentos específicos), matrícula dos estudantes, plano de ensino, cronograma e carga horária dos atendimentos, contratação de profissionais da educação, como professores, interpretes, guias, e de apoio a atividades elementares dos estudantes.

Considerando essas premissas, a pesquisa intitulada “Recursos Lúdico-Pedagógicos no Atendimento Especializado de Estudantes com Síndrome de Down”, processo nº 2014/13745-7, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com vigência de março de 2015 a dezembro de 2015, pretende analisar a importância da utilização dos mais diversos recursos disponíveis na SRM do Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social (CPIDES), vinculado ao Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API) na Faculdade

de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, em Presidente Prudente. A SEM foi implementada em 2011 com recursos angariados via MEC.

METODOLOGIA

O método adotado para investigação teve uma abordagem qualitativa, englobando pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. De acordo com Pimentel (2001, p. 179), a partir da pesquisa documental,

São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise.

A pesquisa bibliografia, de acordo com Marconi e Lakatos (1992, p. 43), é o levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, artigos, revistas, publicações impressas escritas e avulsas. Tendo por finalidade colocar “o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, fazendo-lhe sabedor das informações já produzidas que podem lhe orientar no rumo a seguir durante sua pesquisa.

Para a análise documental inicial foram reunidos documentos da legislação educacional, a fim de conhecer e identificar as medidas tomadas pelo governo frente à Educação Especial. Dentre os documentos destacamos a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outros. Essa discussão será apresentada neste artigo.

RESULTADOS

As primeiras Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) foram implantadas na década de 1970 e tinham por objetivo “diminuir a distância entre ensino regular e educação especial, integrando, da maneira mais normalizadora possível, os alunos com necessidades educacionais especiais, anteriormente atendidos nas escolas e classes especiais” (ALBUQUERQUE et. al., 2009, p. 156). Dessa forma a partir das atuais legislações sobre Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a SRM passa a ser um espaço privilegiado para a ocorrência do AEE. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o AEE deve ser

preferencialmente ofertado em SRM localizadas em escolas públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Conforme o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) a implantação das SRM nas escolas comuns tem por intuito atender à necessidade histórica da educação especial brasileira, bem como promover as condições de acesso, participação e efetiva aprendizagem dos EPAEE no ensino regular. Com isso, os sistemas de ensino tiveram que modificar sua organização, a fim de assegurar a matrícula dos EPAEE nas classes comuns e no AEE.

Figura 1. Sala de Recursos Multifuncionais do Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social

Fonte: Imagem disponibilizada pela pesquisadora.

A SRM (Figura 1) é um ambiente dotado de equipamentos pedagógicos e tecnológicos, mobiliários e materiais didáticos voltados para a oferta do AEE, contendo materiais que o MEC distribuiu para as escolas públicas. A SRM é caracterizada como um ambiente para a realização do AEE para os EPAEE, realizado como complementar ou suplementar a vida escolar dos EPAEE. Assim, são utilizados os materiais e equipamentos por meio do desenvolvimento de estratégias de abordagem centradas sempre no apoio à educação realizada na classe comum.

Dessa forma, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização do ambiente e a oferta do AEE.

As SRM são divididas em dois grupos de acordo com a configuração dos recursos nelas disponíveis. As salas tipo I e de tipo II organizam-se conforme os quadros abaixo:

Quadro 1. Recursos disponíveis na Sala de Recursos Multifuncionais Tipo I

Equipamentos	Materiais Didáticos e Pedagógicos
2 Computadores	1 Material Dourado
1 Laptop	1 Esquema Corporal
1 Estabilizador	1 Bandinha Rítmica
1 Scanner	1 Memória de Numerais
1 Impressora Laser	1 Tapete Alfabético Encaixado
1 Teclado com Colmeia	1 Software Comunicação Alternativa
1 Acionador de Pressão	1 Sacolão Criativo Monta Tudo
1 Mouse com entrada para acionador	1 Quebra Cabeça – sequência lógica
1 Lupa Eletrônica	1 Dominó de associação de ideias
Mobiliários	1 Dominó de frases
1 Mesa Redonda	1 Dominó de animais em Libras
4 Cadeiras	1 Dominó de frutas em Libras
1 Mesa para Impressora	1 Dominó Tátil
1 Armário	1 Alfabeto Braille
1 Quadro Branco	1 Kit de lupas manuais
2 Mesas para Computador	1 Plano inclinado
2 Cadeiras	1 Memória tátil

Fonte: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

A SRM de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, acrescentando os recursos de acessibilidade para alunos com Deficiência Visual, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2. Recursos disponíveis na Sala de Recursos Multifuncionais Tipo II.

Equipamentos e Materiais Didáticos e Pedagógicos
1 Impressora Braille
1 Máquina de Datilografia Braille
1 Reglete de mesa
1 Punção
1 Soroban
1 Guia de Assinatura
1 Kit de Desenho Geométrico
1 Calculadora Sonora

Fonte: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

Além desses equipamentos disponibilizados pelo programa há, também, a presença da Tecnologia Assistiva (TA), que engloba a área da acessibilidade em termos de recurso e ação. O recurso é o equipamento utilizado pelo EPAEE, que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa, rompendo a barreira de acesso. Já a ação compreende a busca de solução de problemas e, principalmente, a mudança de postura frente ao seu uso e ao papel do professor e do estudante diante desse processo.

DISCUSSÃO

Conforme Silva e Arruda (2014) o professor especialista do AEE é o profissional responsável por identificar as necessidades educacionais dos EPAEE e a partir dessa identificação, criar um plano de ensino articulado com o ensino regular da sala comum. O plano de ensino individualizado tem como objetivo propor atividades contextualizadas e que tenha sentido para os estudantes, de acordo com suas necessidades, potencialidades e interesses, para que os estudantes possam construir uma aprendizagem significativa, sem a necessidade de adaptações nos conteúdos e sim nas estratégias de ensino.

Dessa maneira, o professor torna-se o mediador responsável, que tem por dever estimular a socialização e desenvolver atividades a fim de que o estudante se torne autônomo, para tanto, ele deve se apropriar dos mais diversos recursos disponíveis na SRM a fim de potencializar seu trabalho pedagógico. De acordo com Corrêa e Rosa (2007, p.10),

Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, mobiliário adaptados e muitos outros.

A escolha e a utilização de cada um dos recursos dentre os diversos disponíveis na SRM, para o atendimento de EPAEE, deve estar vinculado à finalidade que se pretende atingir, ou seja, a alfabetização e a aprendizagem de algumas operações básicas da matemática (adição e subtração), e deve ser específica, de acordo com as necessidades e habilidades dos estudantes, a fim de favorecer o processo de ensino e aprendizagem e suas potencialidades.

Para tanto é necessário que esse profissional se aproprie dos diversos recursos disponíveis na Salas de Recursos Multifuncionais, como: computadores, materiais pedagógicos, jogos educativos, alfabetos móveis, softwares, entre outros recursos de Tecnologia Assistiva; adaptando e desenvolvendo situações pedagógicas a fim de preparar o estudante para a vida em sociedade.

Conforme Schlünzen (2000, p. 82), os atendimentos devem ser realizados com o intuito de despertar o interesse dos estudantes, motivá-los a “explorar, a pesquisar, a descrever, a refletir, a

depurar as suas ideias”. Para isso é necessário que o professor atue como um mediador do conhecimento e trabalhe a partir de temas de interesse do EPAEE. Pois ao conhecermos as potencialidades, habilidades e desejos dos estudantes, podemos realizar um trabalho pedagógico significativo, que esteja relacionado às experiências vivenciadas, partindo de seus interesses e saberes prévios. As observações realizadas nos atendimentos servem como base para a orientação o planejamento de atividades futuras, que devem estar relacionados com o desejo das estudantes em construir o conhecimento.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se perceber que os recursos da SRM e a ocorrência do AEE são fatores fundamentais para a inclusão escolar dos EPAEE, pois favorece seu desenvolvimento escolar, social e digital. Além disso, os recursos disponíveis na SRM contribuem para a elaboração e realização dos atendimentos, promovendo um processo de ensino e aprendizagem mais significativo aos sujeitos participantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. A.; MORI, N. N. R.; LACANALLO, L. F. **Salas de recursos e o uso de jogos para o ensino de conceitos matemáticos**. Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 155-164, maio/ago. 2009, Santa Maria. Disponível em: <http://goo.gl/dofJkl>. Acesso em: 20. mai 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, nov., 2011a. Disponível em: <http://goo.gl/GHssgd>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 20. mai. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9304/96. Brasília: 1996.

CORRÊA, Rosélia P.; ROSA, Silandra B. Sala de recursos multifuncionais: viabilizando a inclusão. **XII Seminário Internacional de Educação**. Cachoeira do Sul, v. 11. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/jnekPa>. Acesso em: 30 mai 2015.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

SCHLÜNZEN, Elisa T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor**: criando um ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. 2000. 252 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Ana P. M.; ARRUDA, Aparecida, L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. Vol. 5. Nº 1. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/i1GGnk>. Acesso em: 20 mai. 2015.